

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2350672120190525101805

Processo 0800049-98.2019.8.23.0010 ☆ - (142 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor de Justiça ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):  ao  Data do Movimento(Período):  à

Descrição:

44 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 44

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
[-]	44	25/05/2019 10:18:05	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO
	Cumprimento de intimações - Referente aos eventos JUNTADA DE LAUDO (21/05/2019), JUNTADA DE LAUDO (22/05/2019)		JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador
<div><div>44.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,</div><div>2558299IMPUGNACAOALAUDOPERICIALJUR01.PDF</div><div>Público</div></div> <div><div>44.2 Arquivo: COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,</div><div>2558299IMPUGNACAOALAUDOPERICIALJURAnexo01.PDF</div><div>Público</div></div>			
[+]	43	25/05/2019 10:14:30	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
	42	23/05/2019 09:22:47	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
	41	22/05/2019 11:28:50	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
	40	22/05/2019 11:28:50	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
[+]	39	22/05/2019 10:50:45	JUNTADA DE LAUDO
	38	21/05/2019 14:17:40	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
	37	21/05/2019 10:59:03	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
	36	21/05/2019 10:59:03	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
[+]	35	21/05/2019 10:51:11	JUNTADA DE LAUDO
	34	07/05/2019 00:09:07	PRAZO DECORRIDO
	33	17/04/2019 00:02:53	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
	32	16/04/2019 00:08:53	DECORRIDO PRAZO DE RONALDO PEREIRA DA SILVA
[+]	31	09/04/2019 11:17:48	LEITURA DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) REALIZADA
	30	30/03/2019 00:05:40	DECORRIDO PRAZO DE RONALDO PEREIRA DA SILVA
[+]	29	29/03/2019 08:50:52	JUNTADA DE INFORMAÇÃO
	28	27/03/2019 00:08:18	DECORRIDO PRAZO DE RONALDO PEREIRA DA SILVA
	27	27/03/2019 00:08:18	DECORRIDO PRAZO DE RONALDO PEREIRA DA SILVA
	26	26/03/2019 11:39:44	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA
	25	26/03/2019 11:34:34	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
	24	26/03/2019 10:47:32	EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.)



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08000499820198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RONALDO PEREIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)**.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado se encontra de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhido o pagamento administrativo realizado, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 23 de maio de 2019.

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001            AGÊNCIA: 1769-8            CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 19/12/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 4.725,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RONALDO PEREIRA DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03906

CONTA: 000000016332-0

---

Nr. da Autenticação EC1E3C8F57396403